

Evolução Temporal da Pobreza no Estado de Alagoas: uma análise do período 2001-2012

Poverty Trends in the State of Alagoas between 2001-2012: an analysis

Evolución Temporal de la Pobreza en el Estado de Alagoas: un análisis del período 2001-2012

Anderson Moreira Aristides dos Santos*

RESUMO

O objetivo principal do texto é analisar a evolução da pobreza no Estado de Alagoas, na Região Nordeste do Brasil, no período de 2001 a 2012, utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), através da evolução e decomposição dos indicadores. Primeiramente, mostra-se que houve redução nos indicadores de pobreza em Alagoas, destacando-se o período 2009-2012. O crescimento da renda e sua distribuição foram importantes na explicação da redução da pobreza no período 2003-2009, enquanto de 2009 a 2012 a redistribuição foi o fator majoritário de contribuição para esse cenário. Em relação ao crescimento da renda dos mais pobres, programas de transferência de renda tais como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada foram importantes, mas também a renda do trabalho apresentou forte contribuição. Ocorreram melhorias nas condições de vida dos mais pobres, contudo o nível de pobreza ainda é alto. Nesse sentido, políticas públicas podem ser importantes para uma busca de melhorias socioeconômicas sobretudo da população mais pobre desse estado.

Palavras-chave: Pobreza. Alagoas. Decomposição da pobreza.

ABSTRACT

The primary objective of this study is to analyze the evolution of poverty in Alagoas from 2001 to 2012, based on data from the National Household Sample Survey, through evolution and decomposition of indicators. Firstly, the results show that there was a decrease in poverty indicators for Alagoas, especially from 2009 to 2012. Income growth and distribution were important poverty reduction factors from 2003 to 2009. From 2009 to 2012, redistribution was the major factor. Regarding the income growth of the poorest, although income transfer programs such as the "Bolsa Família" and the "Benefício de Prestação Continuada" were substantial, earnings were also a strong contribution to poverty reduction. There were also improvements in the living condition of the poorest. However, poverty levels are still high. In this sense, public policies may be important to socioeconomic improvements in Alagoas.

Keywords: Poverty. Alagoas. Poverty decomposition.

* Mestre em Economia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, Alagoas, Brasil. Doutor em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: anderson_moreira_aristides@hotmail.com

Artigo recebido em abr./2018 e aceito para publicação em maio/2018.

RESUMEN

El objetivo principal de este trabajo es analizar la evolución de la pobreza en Alagoas en el período 2001-2012, utilizando los datos de la Encuesta Nacional por Muestra de Domicilios, a través de la evolución y descomposición de los indicadores. Primero, se mostró que hubo reducción en los indicadores de pobreza en Alagoas, destacándose el período 2009-2012. El crecimiento del ingreso y su distribución fueron importantes en la explicación de la reducción de la pobreza en el período 2003-2009; mientras del 2009 al 2012, la redistribución fue el factor mayoritario de contribución. Con relación al crecimiento del ingreso de los más pobres, los programas de transferencia de renta, como el “Bolsa Família” y el “Benefício de Prestação Continuada”, fueron importantes, pero el ingreso del trabajo también presentó una gran contribución. Se han producido mejoras en las condiciones de vida de los más pobres, sin embargo el nivel de pobreza sigue alto. En ese sentido, políticas públicas pueden ser importantes para una búsqueda de mejoras socioeconómicas, principalmente de la población más pobre de ese estado.

Palabras clave: Pobreza. Alagoas. Descomposición de la pobreza.

INTRODUÇÃO

A pobreza é caracterizada por carências em múltiplos aspectos. No presente trabalho, a análise se baseia na pobreza do ponto de vista da renda, ou, em outras palavras, ela se dá através da caracterização da insuficiência de renda (abordagem monetária).

Considerando essa abordagem, IPEA (2013) mostra que, entre 1992 e 2012, houve quedas nos indicadores de pobreza no Brasil. Por exemplo, em 1992, 31,5% da população do País vivia com renda domiciliar *per capita* abaixo da linha de pobreza, enquanto que, em 2012, 8,5% das pessoas se encontravam nessa situação. Reduções na pobreza com ênfase na última década e em diferentes áreas do Brasil foram observadas na literatura (BUAINAIN; DEDECCA; NEDER, 2013; IPEA, 2013; ROCHA, 2013; SOARES et al., 2016).

Especificamente para Alagoas, Tejada et al. (2006) mostram que, entre 1981 e 2005, houve um aumento na proporção de indigentes e uma pequena redução na proporção de pobres (5 pontos percentuais). Considerando este último indicador, nesse primeiro ano Alagoas possuía o sétimo maior nível da Região Nordeste; já no último ano passou a ser o estado a ter a pior situação. Os autores observam, ainda, que o impacto das melhorias dos indicadores de educação sobre a pobreza, verificadas nesse estado, provavelmente foi anulado pelo fraco desempenho na evolução da renda domiciliar *per capita*.

Já Bezerra et al. (2010) fazem uma análise da pobreza em Alagoas, considerando suas microrregiões e mesorregiões. Os autores mostram que no ano 2000 existiam 62,24% de pessoas desse estado vivendo abaixo da linha de pobreza, número bastante alto comparado com a média do Brasil, que era de 32,75%. Essa análise, feita por mesorregiões, mostra que o problema é maior ainda, já que, nesse mesmo ano, enquanto o Leste Alagoano tinha 56,95% de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, esse indicador para o Sertão Alagoano era de 77,38%.

Assim, o objetivo principal aqui é analisar a evolução da pobreza em Alagoas, considerando o período entre 2001 e 2012, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Este artigo está estruturado em mais duas seções, além desta Introdução e das considerações finais. A próxima seção descreve a metodologia do trabalho. Na seção de análise de resultados, primeiramente examina-se a evolução nos diferentes indicadores de pobreza. Na sequência, discute-se a contribuição das variações na renda e na desigualdade sobre a variação dos indicadores de pobreza. Discute-se, também, a contribuição das fontes de renda sobre o crescimento do rendimento dos mais pobres e, ainda, mostra-se a evolução da pobreza considerando os indivíduos separadamente por grupos socioeconômicos. Também nesta parte, analisa-se a evolução no acesso dos indivíduos (extremamente pobres, pobres, vulneráveis e não pobres) a bens de consumo duráveis e serviços públicos de infraestrutura. Na última seção são feitas algumas considerações finais.

1 METODOLOGIA

Este trabalho analisa a pobreza do ponto de vista monetário, ou seja, utilizando a abordagem da insuficiência de renda. A análise está baseada nos seguintes indicadores: a proporção de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza¹ (P0), que expressa a extensão da pobreza; o hiato da pobreza (P1), mensurado por meio da distância média da renda dos mais pobres em relação à linha de pobreza como razão da própria linha de pobreza, indicador este que expressa a intensidade da pobreza; e, por fim, o hiato médio quadrático (P2), mensurado como o quadrado da distância média entre a renda dos mais pobres e a linha de pobreza também como razão da própria linha de pobreza. Neste último caso há maior peso para os mais pobres, e este indicador expressa a severidade da pobreza. Já a desigualdade de renda é mensurada por meio do índice de Gini, que em termos práticos varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade de renda². Todos os indicadores têm como base de dados os microdados da PNAD.

As linhas de extrema pobreza e de pobreza utilizadas para os cálculos dos indicadores são as mesmas observadas em IPEA (2013) e em Souza e Osório (2013), a saber, respectivamente R\$ 70,00 e R\$ 140,00, considerando valores em reais (R\$) de julho de 2011, com base no uso do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para correção monetária. Esses dois valores correspondiam aos valores das linhas do Programa Bolsa Família no ano de 2011.

Assim, levando em conta a análise de resultados, na primeira subseção são realizadas análises das trajetórias dos indicadores de pobreza para Alagoas, e, de forma comparativa, para os demais estados do Nordeste, a região como um todo e o Brasil.

Ademais, na segunda subseção verifica-se a relação entre pobreza, desigualdade de renda e renda média. Para tanto, são observadas, primeiramente, as trajetórias dos indicadores renda média domiciliar *per capita* (também deflacionado pelo INPC) e da desigualdade de renda (mensurada pelo Índice de Gini), análise que também contempla, além de Alagoas, os demais estados do Nordeste, a região como um todo e o Brasil. Ainda nesta seção, as variações dos indicadores de pobreza de Alagoas são decompostas em variações da renda domiciliar *per capita* e da distribuição dessa renda, considerando as contribuições de Datt e Ravallion (1992)³. E ainda, as variações dessa renda são decompostas em mudanças nas seguintes fontes de renda: trabalho, previdência, Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e outras rendas (estas últimas incluem, por exemplo, rendimento de aluguel). A análise contempla a população total e os dois quintis mais pobres desse estado, em períodos selecionados (2003-2012 e 2009-2012).

¹ Para um trabalho que faz uma revisão das linhas de pobreza, ver Soares (2009).

² Para maiores detalhes sobre esses indicadores, ver, por exemplo, Ray (1998) e Hoffman (1998).

³ Para realizar esse cálculo utilizou-se o pacote DASP para o software STATA. Para mais detalhes, ver o manual do DASP em <http://dasp.ecn.ulaval.ca/>.

Na terceira subseção, são analisadas as trajetórias da proporção de pobres e de extremamente pobres considerando diferentes grupos, divididos por: área de residência (rural e urbana), gênero, cor, idade e escolaridade, resultados que contemplam Alagoas nos anos de 2003 e 2012.

Por fim, na quarta subseção, a população de Alagoas é dividida em quatro grupos: **Extremamente Pobres** - indivíduos com renda domiciliar *per capita* menor do que a linha de extrema pobreza (R\$ 70,00); **Pobres** - pessoas com renda domiciliar *per capita* maior ou igual à linha de extrema pobreza e menor que a linha de pobreza (R\$ 140,00); **Vulneráveis** - aqueles com renda domiciliar *per capita* maior ou igual à linha de pobreza e menor do que quatro vezes o valor da linha de pobreza, e os **Não Pobres** - aqueles com renda domiciliar *per capita* maior ou igual a quatro vezes a linha de pobreza. Essa estratégia está de acordo com o trabalho de Souza e Osorio (2013). E, assim, realiza-se uma análise do acesso desses grupos a alguns bens de consumo (televisão, geladeira, computador, telefone celular e máquina de lavar) e serviços públicos (água, esgotamento sanitário, energia elétrica e coleta de lixo).

2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

2.1 EVOLUÇÃO NOS INDICADORES DE POBREZA NO ESTADO DE ALAGOAS

A tabela 1, a seguir, mostra a evolução na pobreza, mensurada pelo indicador proporção de pobres (P0), em Alagoas, nos demais estados do Nordeste, na região e no País como um todo. Observa-se que, entre 2001 e 2012, Alagoas foi o estado que apresentou a maior queda nesse indicador, 32,99 pontos percentuais. Cabe destacar que esse período foi marcado, primeiramente, por um aumento na pobreza entre 2001 e 2003, e por queda nos anos seguintes, com destaque para o período entre 2009 e 2012, quando houve uma queda de 15,17 p.p., ou seja, 5 p.p. ao ano, comparativamente a uma média anual de 3 p.p. do período total de análise deste trabalho (2001-2012). Verifica-se que Alagoas possuía, em 2003, a maior proporção de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, sendo que em 2012, dada a linha de pobreza utilizada neste trabalho, esse indicador era inferior ao de estados como Maranhão, Ceará e Bahia.

O gráfico 1 ilustra a trajetória da pobreza (P0) em Alagoas comparativamente com o Nordeste e Brasil. Percebe-se que a redução na pobreza em Alagoas permitiu a este estado sair de uma situação de proporção de pobres acima do nível do Nordeste para um nível semelhante, além de reduzir bastante a distância de seu indicador em relação à taxa do Brasil. Em 2012, nesse estado, 18,55% da população vivia com renda média domiciliar *per capita* abaixo da linha de pobreza, proporção ainda bastante alta, já que este indicador, nesse mesmo ano, ainda era o dobro da pobreza presenciada no Brasil.

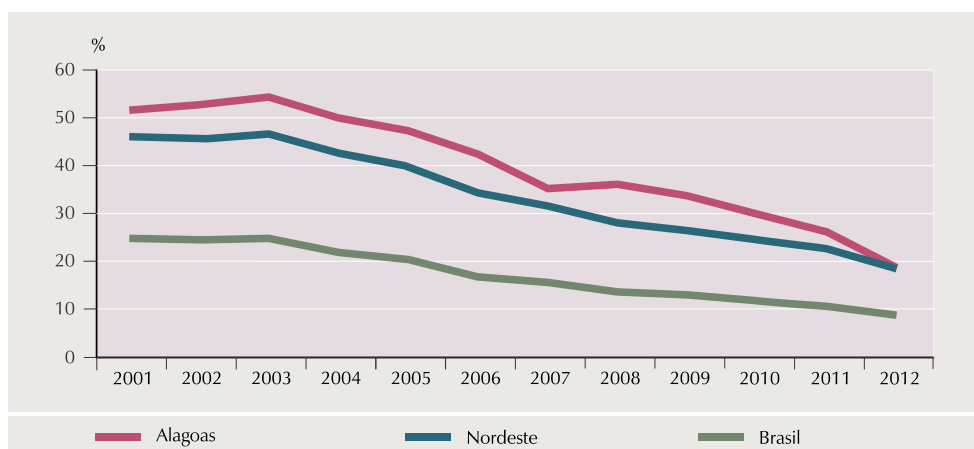
TABELA 1 - EVOLUÇÃO NA PROPORÇÃO DE POBRES NOS ESTADOS DO NORDESTE, NA REGIÃO NORDESTE E NO BRASIL - 2001/2012

LOCALIDADE	VALOR (%)				VARIACÃO (Em p.p.)		
	2001	2003	2009	2012	2001-2012	2003-2012	2009-2012
Maranhão	51,44	52,36	29,79	29,17	-22,27	-23,19	-0,62
Piauí	47,32	49,14	27,29	18,46	-28,86	-30,68	-8,83
Ceará	45,78	45,71	25,90	19,24	-26,54	-26,47	-6,66
Rio Grande do Norte	39,36	40,80	20,90	13,51	-25,86	-27,30	-7,39
Paraíba	46,14	43,79	26,73	15,47	-30,67	-28,32	-11,26
Pernambuco	44,23	46,03	26,32	14,92	-29,32	-31,12	-11,40
Alagoas	51,54	54,29	33,72	18,55	-32,99	-35,73	-15,17
Sergipe	41,13	37,88	24,98	14,93	-26,20	-22,94	-10,04
Bahia	45,59	45,80	25,01	18,83	-26,76	-26,97	-6,18
NORDESTE	46,07	46,58	26,49	18,80	-27,28	-27,79	-7,69
BRASIL	24,85	24,89	13,08	8,84	-16,02	-16,05	-4,24

FONTES: Microdados da PNAD

NOTA: Elaboração do autor.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO NA PROPORÇÃO DE POBRES NO ESTADO DE ALAGOAS, NA REGIÃO NORDESTE E NO BRASIL - 2001-2012



FONTES: Microdados da PNAD

NOTA: Elaboração do autor.

A tabela 2 mostra a evolução na extrema pobreza, mensurada pelo indicador proporção de pessoas vivendo abaixo da linha de extrema pobreza, em Alagoas, nos demais estados do Nordeste, na região e no País como um todo. Observa-se que, entre 2001 e 2012, Alagoas apresentou uma forte queda nesse indicador (14,74 p.p.), o segundo melhor resultado entre os estados do Nordeste, redução menor apenas do que a presenciada no Piauí. Assim como na análise da pobreza, na extrema pobreza destacam-se os anos entre 2009 e 2012, período em que o Estado de Alagoas apresentou a maior queda na extrema pobreza, uma redução de 5,06 p.p. Entretanto, observa-se que esse estado possuía em 2012 a segunda maior proporção de pessoas em situação de extrema pobreza, menor apenas do que a taxa presenciada no Estado

do Maranhão. Ainda, a redução na extrema pobreza em Alagoas permitiu a este estado obter uma taxa mais próxima da taxa do Nordeste, além de reduzir sua distância em relação ao Brasil, sendo que em 2012 esse estado possuía 8,61% de sua população vivendo com renda média domiciliar *per capita* abaixo da linha de extrema pobreza, assim como no indicador de pobreza percebe-se que a proporção é ainda bastante alta comparativamente à taxa do Brasil.

TABELA 2 - EVOLUÇÃO DA EXTREMA POBREZA NOS ESTADOS DO NORDESTE, NA REGIÃO NORDESTE E NO BRASIL - 2001/2012

LOCALIDADE	VALOR (%)				VARIÇÃO (Em p.p.)		
	2001	2003	2009	2012	2001-2012	2003-2012	2009-2012
Maranhão	23,57	22,49	12,18	13,33	-10,24	-9,16	1,15
Piauí	24,69	26,10	9,27	4,43	-20,26	-21,67	-4,84
Ceará	20,26	18,52	9,81	7,55	-12,71	-10,97	-2,26
Rio Grande do Norte	14,76	15,42	6,73	4,70	-10,06	-10,72	-2,03
Paraíba	18,51	16,60	9,26	4,78	-13,72	-11,82	-4,48
Pernambuco	19,55	19,07	10,71	6,75	-12,80	-12,32	-3,97
Alagoas	23,35	22,56	13,66	8,61	-14,74	-13,95	-5,06
Sergipe	18,54	15,18	8,25	4,17	-14,37	-11,00	-4,08
Bahia	19,91	18,69	9,33	7,94	-11,96	-10,74	-1,39
NORDESTE	20,38	19,38	10,04	7,62	-12,76	-11,76	-2,42
BRASIL	9,88	9,03	4,60	3,67	-6,21	-5,36	-0,93

FONTE: Microdados da PNAD

NOTA: Elaboração e cálculos do autor.

As tabelas 3 e 4 trazem a evolução dos indicadores de pobreza, hiato da pobreza (P1) e hiato médio quadrático (P2), os quais captam respectivamente a intensidade e a severidade da pobreza, sendo que um menor hiato significa que a renda dos indivíduos mais pobres está mais próxima da linha de pobreza. Cabe ressaltar também que, diferentemente dos indicadores analisados até agora, esses dois índices (P1 e P2) são sensíveis a mudanças na renda média dos pobres.

TABELA 3 - EVOLUÇÃO NO HIATO MÉDIO DA POBREZA NOS ESTADOS DO NORDESTE, NA REGIÃO NORDESTE E NO BRASIL - 2001/2012

LOCALIDADE	VALOR (%)				VARIÇÃO (Em p.p.)		
	2001	2003	2009	2012	2001-2012	2003-2012	2009-2012
Maranhão	23,83	24,29	13,17	13,27	-10,56	-11,02	0,10
Piauí	23,92	25,03	10,77	6,10	-17,82	-18,93	-4,66
Ceará	21,40	20,35	10,73	8,18	-13,22	-12,17	-2,55
Rio Grande do Norte	17,33	17,31	7,74	5,29	-12,04	-12,02	-2,46
Paraíba	20,35	18,21	10,32	5,83	-14,52	-12,38	-4,49
Pernambuco	20,38	21,19	11,34	6,87	-13,52	-14,32	-4,48
Alagoas	23,91	24,40	14,98	8,33	-15,59	-16,07	-6,65
Sergipe	18,66	16,57	9,46	5,38	-13,28	-11,18	-4,08
Bahia	20,74	20,59	10,34	8,30	-12,45	-12,29	-2,04
NORDESTE	21,23	21,07	11,03	8,06	-13,17	-13,01	-2,96
BRASIL	10,92	10,63	5,32	3,97	-6,95	-6,66	-1,35

FONTE: Microdados da PNAD

NOTA: Elaboração do autor.

TABELA 4 - EVOLUÇÃO NO HIATO MÉDIO QUADRÁTICO DA POBREZA NOS ESTADOS DO NORDESTE, NA REGIÃO NORDESTE E NO BRASIL - 2001/2012

LOCALIDADE	VALOR (%)				VARIACÃO (Em p.p.)		
	2001	2003	2009	2012	2001-2012	2003-2012	2009-2012
Maranhão	14,24	14,69	8,29	8,35	-5,88	-6,34	0,06
Piauí	15,51	16,19	5,80	2,89	-12,62	-13,31	-2,91
Ceará	13,23	12,21	6,24	4,80	-8,42	-7,41	-1,44
Rio Grande do Norte	10,29	9,91	4,43	3,12	-7,18	-6,79	-1,31
Paraíba	11,87	10,36	6,05	3,26	-8,61	-7,09	-2,79
Pernambuco	12,64	13,07	7,03	4,40	-8,25	-8,67	-2,64
Alagoas	14,53	14,09	9,39	5,43	-9,10	-8,67	-3,97
Sergipe	11,35	9,65	5,34	2,92	-8,44	-6,74	-2,43
Bahia	12,59	12,19	6,11	5,22	-7,37	-6,97	-0,89
NORDESTE	12,95	12,63	6,60	4,93	-8,03	-7,70	-1,67
BRASIL	6,70	6,35	3,30	2,66	-4,05	-3,70	-0,64

FONTE: Microdados da PNAD

NOTA: Elaboração do autor.

Contudo, em geral verificam-se resultados semelhantes aos analisados anteriormente; em resumo, o Estado de Alagoas apresentou reduções importantes na pobreza, com destaque para o período entre 2009 e 2012.

2.2 DECOMPOSIÇÃO DAS VARIACÕES DA POBREZA

Nesta seção pretende-se, num primeiro momento, fazer uma discussão da relação entre variações na pobreza e variações na renda média e na desigualdade de renda, verificadas no Estado de Alagoas. E, posteriormente, pretende-se mostrar a importância de cada fonte de renda (trabalho, previdência, Bolsa Família/BPC e outras) sobre as variações na renda dos mais pobres.

A tabela 5 traz a evolução na desigualdade de renda, mensurada pelo índice de Gini, em Alagoas, nos demais estados do Nordeste, na região e no País como um todo. Observa-se que Alagoas apresentou a segunda maior redução na desigualdade de renda (atrás de Pernambuco), uma queda de 1,70% ao ano no índice de Gini. Nota-se, ainda, que, assim como para os indicadores de pobreza, destacam-se os anos entre 2009 e 2012, período em que esse estado apresentou a maior queda nesse indicador de desigualdade (4,36%), sendo um resultado muito mais favorável do que o presenciado no Nordeste (redução de 0,84%) e no Brasil (redução de 0,81%). Pelo gráfico 2 nota-se claramente que a partir de 2006 o Estado de Alagoas apresenta uma tendência expressiva de queda na desigualdade de renda mensurada pelo índice de Gini.

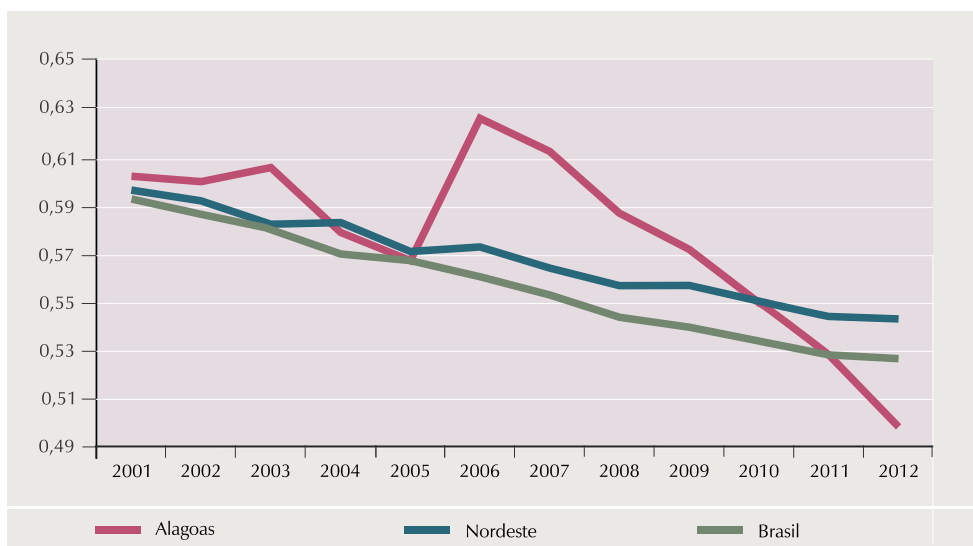
TABELA 5 - EVOLUÇÃO NO ÍNDICE DE GINI NOS ESTADOS DO NORDESTE, NA REGIÃO NORDESTE E NO BRASIL - 2001/2012

LOCALIDADE	VALOR				VARIÇÃO ANUAL (%)		
	2001	2003	2009	2012	2001-2012	2003-2012	2009-2012
Maranhão	0,570	0,574	0,537	0,609	0,60	0,66	4,28
Piauí	0,592	0,598	0,554	0,544	-0,77	-1,04	-0,61
Ceará	0,606	0,565	0,543	0,524	-1,31	-0,83	-1,19
Rio Grande do Norte	0,580	0,561	0,557	0,529	-0,82	-0,64	-1,69
Paraíba	0,590	0,565	0,588	0,528	-1,01	-0,75	-3,53
Pernambuco	0,614	0,587	0,552	0,507	-1,73	-1,62	-2,80
Alagoas	0,601	0,605	0,569	0,498	-1,70	-2,14	-4,36
Sergipe	0,569	0,575	0,574	0,540	-0,47	-0,69	-1,99
Bahia	0,590	0,588	0,555	0,548	-0,67	-0,77	-0,43
NORDESTE	0,596	0,582	0,556	0,542	-0,85	-0,77	-0,84
BRASIL	0,592	0,580	0,539	0,526	-1,07	-1,07	-0,81

FONTE: Microdados da PNAD

NOTA: Elaboração do autor.

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO NO ÍNDICE DE GINI NO ESTADO DE ALAGOAS, NA REGIÃO NORDESTE E NO BRASIL - 2001-2012



FONTE: Microdados da PNAD

NOTA: Elaboração do autor.

A tabela 6 mostra a evolução na renda média domiciliar *per capita* para as Alagoas, os demais estados do Nordeste, a região e o País como um todo. Observa-se que diferentemente dos indicadores de pobreza e de desigualdade de renda, entre 2001 e 2012, Alagoas apresentou o segundo menor crescimento na renda média entre os estados do Nordeste. Nota-se, também, que no período entre 2009 e 2012 (período de grande destaque nas análises feitas nas tabelas anteriores), esse estado apresentou o menor crescimento nesse indicador. Desta forma, em 2012, Alagoas possuía a menor renda domiciliar *per capita* da região.

TABELA 6 - EVOLUÇÃO NA RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA* NOS ESTADOS DO NORDESTE, NA REGIÃO NORDESTE E NO BRASIL - 2001/2012

LOCALIDADE	VALOR ⁽¹⁾				VARIÇÃO ANUAL (%)		
	2001	2003	2009	2012	2001-2012	2003-2012	2009-2012
Maranhão	272,03	268,41	405,25	486,50	5,43	6,83	6,28
Piauí	301,05	294,39	470,06	563,11	5,86	7,47	6,21
Ceará	335,93	304,48	457,63	532,40	4,28	6,41	5,17
Rio Grande do Norte	373,27	340,42	544,90	641,63	5,05	7,30	5,60
Paraíba	324,98	330,76	503,84	583,17	5,46	6,50	4,99
Pernambuco	368,29	321,40	461,65	559,69	3,88	6,36	6,63
Alagoas	293,52	288,68	403,26	448,81	3,94	5,03	3,63
Sergipe	347,12	382,63	546,43	618,95	5,40	5,49	4,24
Bahia	330,18	324,14	488,57	562,10	4,96	6,31	4,78
NORDESTE	329,15	313,59	469,45	550,62	4,79	6,45	5,46
BRASIL	605,66	573,04	760,59	871,03	3,36	4,76	4,62

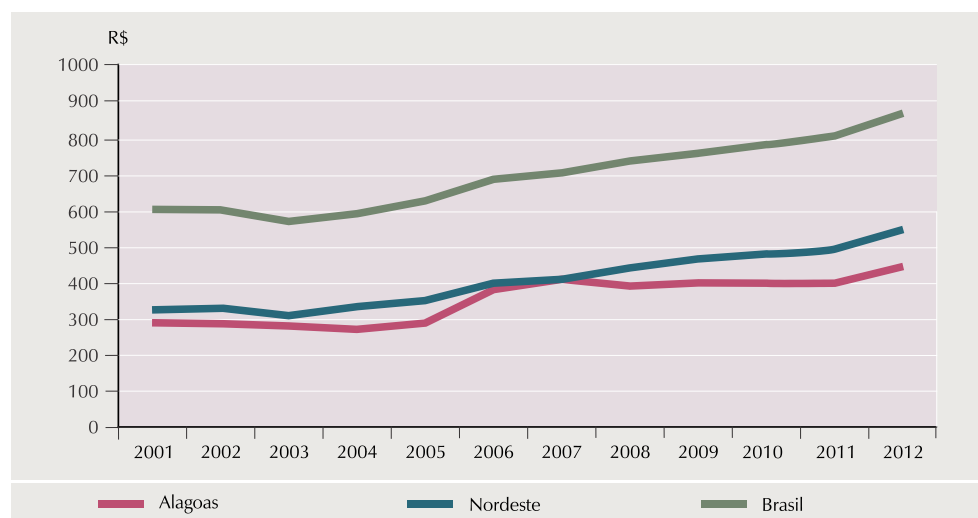
FONTE: Microdados da PNAD

NOTA: Elaboração do autor.

(1) Valores em reais de 2012.

No gráfico 3, percebe-se claramente que, em 2006, os indicadores de renda média desse estado e da Região Nordeste eram semelhantes; contudo, em 2012, este indicador passou a ser 23% maior nessa região.

GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO NA RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA* NO ESTADO DE ALAGOAS, NA REGIÃO NORDESTE E NO BRASIL - 2001-2012



FONTE: Microdados da PNAD

NOTAS: Valores em reais de 2012.

Elaboração do autor.

De forma resumida, verifica-se que Alagoas obteve uma forte redução nos indicadores de pobreza e de desigualdade de renda. Contudo, sua renda média domiciliar *per capita* teve um crescimento menor do que dos demais estados do Nordeste.

Na tentativa de um melhor entendimento da importância da renda e da desigualdade de renda sobre a pobreza, em Alagoas, apresenta-se a tabela 7, que traz a

decomposição das variações nos indicadores de pobreza em alterações no crescimento (na renda média domiciliar *per capita*) e na redistribuição (variações na desigualdade), considerando dois períodos diferentes, 2003-2012 e 2009-2012.⁴

TABELA 7 - DECOMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO NOS INDICADORES DE POBREZA NO ESTADO DE ALAGOAS - PERÍODOS 2003-2012 E 2009-2012

VARIAÇÃO	INDICADOR DE POBREZA P(0)	
	2003-2012	2009-2012
Crescimento	-0,197 (55,13%)	-0,0455 (30,00%)
Redistribuição	-0,1603 (44,86%)	-0,1062 (70,00%)
Total	-0,3573 (100%)	-0,1517 (100,00%)
VARIAÇÃO	INDICADOR DE POBREZA P(1)	
	2003-2012	2009-2012
Crescimento	-0,0949 (59,09%)	-0,0154 (23,16%)
Redistribuição	-0,0657 (40,91%)	-0,0511 (76,84%)
Total	-0,1606 (100,00%)	-0,0665 (100%)
VARIAÇÃO	INDICADOR DE POBREZA P(2)	
	2003-2012	2009-2012
Crescimento	-0,0552 (63,81%)	-0,0090 (22,67%)
Redistribuição	-0,0313 (36,19%)	-0,0307 (77,33%)
Total	-0,0865 (100,00%)	-0,0397 (100,00%)
VARIAÇÃO	INDICADOR DE EXTREMA POBREZA P(0)	
	2003-2012	2009-2012
Crescimento	-0,0770 (55,23%)	-0,0078 (15,41%)
Redistribuição	-0,0624 (44,76%)	-0,0428 (84,59%)
Total	-0,1394 (100,00%)	-0,0506 (100,00%)

FONTE: Microdados da PNAD

NOTA: Elaboração do autor.

Nota-se que, nesse primeiro período, o crescimento e a redistribuição tiveram impacto sobre a redução dos diferentes indicadores de pobreza em magnitude semelhante; por exemplo, o crescimento contribuiu com 55% da redução presenciada no indicador proporção de pobres. Já no período entre 2009 e 2012, percebe-se claramente que a redistribuição de renda foi majoritariamente o componente de maior contribuição na redução nos indicadores de pobreza; neste caso, considerando novamente a proporção de pobres, o crescimento contribuiu com 30% e a redistribuição com 70% da variação nesse indicador.

O IPEA (2013) mostra que, no Brasil, tanto no período 2002-2012 como para 2011-2012, os componentes crescimento e redistribuição responderam por aproximadamente a mesma proporção na redução da extrema pobreza.

As tabelas 8 e 9, por sua vez, trazem respectivamente o crescimento na renda domiciliar *per capita* por quintis e a decomposição do crescimento dessa renda para a população total de Alagoas e para os mais pobres desse estado (dois primeiros quintis), considerando dois diferentes períodos, a saber, 2003-2012 e 2009-2012.

⁴ Considerando o período de análise deste trabalho, de 2001-2012, o ano de 2003 é o que apresenta a maior pobreza e extrema pobreza em Alagoas.

TABELA 8 - CRESCIMENTO NA RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA* NO ESTADO DE ALAGOAS, POR QUINTIL DE RENDA - 2003/2012

QUINTIL	CRESCIMENTO NA RENDA (%)	
	2003-2012	2009-2012
1º	7,95	17,47
2º	9,09	11,63
3º	8,70	8,78
4º	7,66	6,97
5º	2,93	-0,45
TOTAL	5,03	3,63

FONTE: Microdados da PNAD

NOTA: Elaboração do autor.

Observa-se que os resultados estão de acordo com aqueles analisados em tabelas anteriores, em que principalmente para o período 2009-2012 os mais pobres tiveram crescimento na renda muito superior, comparativamente aos demais estratos. Por exemplo, os 20% mais pobres do estado (1º quintil) tiveram um crescimento médio anual de 17,47% em suas rendas; já os 20% mais ricos presenciaram um crescimento negativo em suas rendas (-0,45%).

Em relação à decomposição, nota-se que para a população total de Alagoas as variações nas fontes trabalho e previdência responderam por quase a totalidade do crescimento da renda média domiciliar *per capita* (88% no período 2003-2012 e 83% entre 2009 e 2012). IPEA (2013) encontrou resultados semelhantes para o Brasil no período 2002-2012. Já para os 20% mais pobres, constata-se o peso importante das variações no rendimento do trabalho, mas também da fonte Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC), sendo que ambos são programas de transferência de renda, nos quais as variações nos rendimentos responderam por aproximadamente 44% do crescimento na renda domiciliar *per capita*, verificado para esse estrato da população, no período entre 2003 e 2012.

Um fato também a se destacar é o resultado encontrado para o período entre 2009 e 2012 (período também de fortes reduções da pobreza), em que se observa que, apesar do papel importante do crescimento no rendimento dos programas de transferência de renda (responsável por 23,54% do crescimento da renda domiciliar *per capita*), as variações na renda do trabalho foram as mais importantes para o crescimento da renda média dos 20% mais pobres de Alagoas, sendo que essa fonte foi responsável por aproximadamente 69% do crescimento verificado. Este fato pode ser explicado por ganhos reais no salário, como, por exemplo, no salário mínimo⁵, e/ou por possíveis maiores dinâmicas no mercado de trabalho para os mais pobres.⁶

⁵ Entre 2009 e 2012 o salário mínimo cresceu 3,70% ao ano, em termos reais, deflacionando com o INPC.

⁶ Em termos de crescimento dos setores da economia alagoana, destacam-se o comércio, serviços e construção civil com forte crescimento no emprego no Estado de Alagoas. Ver, sobre isto, o trabalho de Gomes (2011).

TABELA 9 - CRESCIMENTO NA RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA* NO ESTADO DE ALAGOAS, POR QUINTIL DE RENDA - 2003/2012

FONTE DE RENDA	PARTICIPAÇÃO NA RENDA (%)			PARTICIPAÇÃO NO CRESCIMENTO (%)	
	2003	2009	2012	2003-2012	2009-2012
TOTAL					
Trabalho	74,59	71,24	71,34	68,63	71,71
Previdência	20,48	22,16	19,88	19,37	11,41
Bolsa Família e BPC	1,66	4,47	5,52	8,75	9,43
Outros	3,27	2,13	3,26	3,25	7,45
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
1º QUINTIL					
Trabalho	77,71	50,46	58,58	47,45	68,92
Previdência	8,21	9,90	7,31	6,78	4,01
Bolsa Família e BPC	10,36	37,62	31,42	43,68	23,54
Outros	3,72	2,02	2,69	2,08	3,53
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2º QUINTIL					
Trabalho	76,69	64,55	64,06	57,88	63,38
Previdência	14,94	21,10	17,11	18,17	11,60
Bolsa Família e BPC	5,95	11,93	12,21	15,28	12,61
Outros	2,42	2,42	6,61	8,67	12,41
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Microdados da PNAD

NOTA: Elaboração do autor.

2.3 A POBREZA NOS DIFERENTES GRUPOS SOCIOECONÔMICOS

A tabela 10 apresenta a proporção de pobres e de pessoas em situação de extrema pobreza considerando os diferentes aspectos socioeconômicos e demográficos, nos anos de 2003 e 2012.

Observa-se que, em geral, houve uma queda na pobreza em Alagoas considerando os diferentes grupos. Esta queda foi mais acentuada para a população mais desfavorecida em termos socioeconômicos. Percebe-se que indivíduos da área rural, os negros ou pardos, os de menor idade e os de baixa escolaridade tiveram maiores reduções nos indicadores de pobreza e de extrema pobreza. Por exemplo, em 2003, a proporção de pobres entre os negros era 15,85 p.p. maior do que entre os brancos, distância esta que caiu para aproximadamente 6 p.p. em 2012. Contudo, deve-se destacar que ainda é grande a diferença na proporção de pobres (e na maioria dos casos também de extrema pobreza) considerando esses diferentes grupos separados por aspectos socioeconômicos e demográficos, sendo que a pobreza é maior entre os indivíduos da área rural, os negros e pardos, as crianças e os indivíduos de baixa escolaridade. A título de exemplo, entre os sem escolaridade a proporção de pobres em 2012 era de 23,30%; já entre os que possuíam mais que 11 anos de estudo esse indicador era de 3,21%, o que pode apontar também a escolaridade como um fator de redução da pobreza.

TABELA 10 - EVOLUÇÃO NOS INDICADORES DE POBREZA, SEGUNDO DIFERENTES GRUPOS SOCIOECONÔMICOS, NO ESTADO DE ALAGOAS - 2003-2012

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	EXTREMA POBREZA (P0)			POBREZA (P0)		
	2003	2012	Varição (Em p.p.)	2003	2012	Varição (Em p.p.)
Área						
Rural	35,89	15,46	-20,43	71,45	31,64	-39,81
Urbana	15,95	5,89	-10,06	45,77	13,33	-32,44
Sexo						
Masculino	22,08	8,94	-13,14	54,02	18,77	-35,24
Feminino	23,02	8,31	-14,71	54,55	18,35	-36,19
Cor						
Branco	14,41	7,40	-7,01	43,61	14,26	-29,36
Negro ou Pardo	26,61	9,07	-17,54	59,46	20,23	-39,23
Idade						
0 a 15 anos	31,94	11,96	-19,98	68,93	27,77	-41,16
16 a 25 anos	20,39	8,85	-11,54	55,10	18,52	-36,58
26 a 45 anos	19,47	7,97	-11,50	49,49	17,56	-31,93
46 a 59 anos	16,49	7,62	-8,87	43,05	12,52	-30,54
60 anos ou mais	4,27	1,96	-2,30	18,37	3,57	-14,80
Escolaridade						
Sem escolaridade	29,68	10,93	-18,75	66,39	23,30	-43,08
1 a 4 anos	26,74	11,10	-15,64	61,47	24,61	-36,86
5 a 8 anos	14,53	7,78	-6,75	45,57	17,45	-28,12
9 a 11 anos	4,24	5,06	0,83	19,54	10,12	-9,42
> 11 anos	0,00	1,98	1,98	0,46	3,21	2,75
TOTAL	22,56	8,62	-13,94	54,29	18,56	-35,73

FONTE: Microdados da PNAD

NOTA: Elaboração do autor.

2.4 ACESSO AOS BENS DE CONSUMO DURÁVEIS E AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE INFRAESTRUTURA

Esta seção discute o acesso dos indivíduos (divididos por classes de renda em extremamente pobres, pobres, vulneráveis e não pobres) a alguns bens de consumo e a serviços públicos de infraestrutura, resultados que estão dispostos nas tabelas 11 e 12. Constata-se que os mais pobres tiveram melhorias no acesso a bens como televisão, geladeira, computador e telefone celular.

TABELA 11- ACESSO AOS BENS DE CONSUMO DURÁVEIS, NO ESTADO DE ALAGOAS - 2003/2012

CLASSE DE RENDA	TELEVISÃO		GELEDEIRA		COMPUTADOR		TELEFONE		MÁQUINA DE LAVAR	
	2003	2012	2003	2012	2003	2012	2003	2012	2003	2012
Extremamente pobres	45,02	94,74	38,9	85,97	0,00	9,87	4,8	83,77	0,56	6,14
Pobres	65,22	95,68	61,01	88,37	0,79	6,38	9,45	79,36	1,24	4,69
Vulneráveis	83,22	98,52	81,98	96,93	3,72	23,31	26,09	92,16	8,64	21,46
Não pobres	98,78	98,72	95,94	96,84	42,19	54,19	77,49	89,53	53,35	52,55
TOTAL	70,18	97,97	66,78	95,09	5,04	27,03	20,21	89,67	7,62	23,97

FONTE: Microdados da PNAD

NOTA: Elaboração do autor.

TABELA 12- ACESSO AOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO E DE LUZ ELÉTRICA, NO ESTADO DE ALAGOAS - 2003/2012

CLASSE DE RENDA	ENERGIA ELÉTRICA		ABASTECIMENTO ADE-QUADO DE ESGOTO		ABASTECIMENTO ADE-QUADO DE ÁGUA		COLETA DE LIXO	
	2003	2012	2003	2012	2003	2012	2003	2012
Extremamente pobres	84,69	99,70	5,36	21,93	29,5	60,52	50,03	63,38
Pobres	93,47	99,81	7,42	20,08	46,02	65,29	65,46	62,85
Vulneráveis	95,95	100	13,72	29,18	62,26	72,08	80,03	79,7
Não pobres	99,59	99,91	37,93	44,90	80,93	81,69	93,71	85,7
TOTAL	92,92	99,96	11,87	30,87	51,22	72,32	69,79	77,76

FONTE: Microdados da PNAD

NOTA: Elaboração do autor.

Por exemplo, em 2003, 38,9% dos indivíduos em situação de extrema pobreza possuíam geladeira; já em 2012, este número passou a ser de 85,97%. Melhorias para os mais pobres também puderam ser observadas em relação aos serviços públicos de infraestrutura. No caso da energia elétrica, chegou-se à quase universalidade do serviço, caso em que programas como o Luz para Todos podem ter tido uma contribuição importante.

Contudo, apesar dos avanços constatados, os mais pobres ainda têm dificuldade de acesso aos bens e serviços. Por exemplo, verifica-se o baixo acesso a computador, uma vez que, em 2012, cerca de apenas 10% de indivíduos extremamente pobres moravam em domicílios que possuíam esse equipamento. Ademais, em 2012, o Estado de Alagoas possuía também um problema de saneamento básico, principalmente no que se refere ao esgotamento sanitário inadequado, sendo que os mais pobres possuíam maior probabilidade de estarem nessa situação.⁷

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste trabalho foi analisar a evolução da pobreza, tendo como base o Estado de Alagoas, considerando o período de 2001 a 2012, a partir dos dados da PNAD.

Em relação à Região Nordeste, identificou-se que a redução da pobreza foi muito mais forte do que a presenciada no País, indicando uma menor desigualdade regional. Nesse mesmo sentido, houve melhorias nos indicadores de pobreza no Estado de Alagoas, destacando-se o período entre 2009 e 2012. Posteriormente, observou-se que no período 2003-2009, tanto o crescimento da renda como a distribuição foram importantes na explicação da redução da pobreza; já entre 2009 e 2012, a redistribuição foi a forma mais importante. Em relação ao crescimento da renda dos mais pobres, os programas de transferência de renda, tais como o Bolsa Família e o BPC, foram relevantes, mas também a fonte trabalho teve forte contribuição, notadamente entre os anos de 2009 e 2012. Assim, destaca-se a importância de

⁷ Souza e Osório (2013) encontram resultados qualitativamente semelhantes para o Brasil.

políticas de transferência de renda, mas também a necessidade de um dinamismo do mercado de trabalho que beneficie igualmente a população mais carente. Porém, Alagoas apresentou um crescimento menor do que o ocorrido nos demais estados do Nordeste, constituindo um desafio, portanto, um maior crescimento econômico nesse estado, que possa contribuir para reduções da pobreza.

Mostrou-se, também, que, apesar da evolução nos indicadores de pobreza para os diferentes grupos socioeconômicos, a proporção de pobres é maior nos seguintes grupos da população de Alagoas: pessoas da área rural, negros ou pardos, menor faixa etária e menor nível de escolaridade.

E, por fim, o presente estudo apresentou resultados que indicam melhorias socioeconômicas na vida dos mais pobres em termos de acesso a bens de consumo duráveis (principalmente televisão, geladeira, computador, telefone e máquina de lavar) e serviços públicos de infraestrutura (energia elétrica, água, esgoto e coleta de lixo).

Cabe destacar, contudo, que permanecem grandes desafios no sentido de se reduzir ainda mais a pobreza e melhorar as condições de vida da população do Estado de Alagoas, especialmente dos mais pobres. Nesse sentido, políticas públicas podem ser importantes para a busca de melhorias socioeconômicas no Estado.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, L. A. et al. Pró-pobre ou empobrecedor: qual a contribuição do crescimento econômico para Alagoas? **Análise**, v.21, n.2, p.162-174, 2010.
- BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. S.; NEDER, H. D. Características regionais da pobreza rural no Brasil: algumas implicações para políticas públicas. In: BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. S.; NEDER, H. D. (Ed.). **A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e a questão regional**. Brasília: IICA, 2013. v.17, p.57-154.
- DATT, G.; RAVALLION, M. Growth and redistribution components of changes in poverty measures: a decomposition with applications to Brazil and India in the 1980s. **Journal of Development Economics**, v.38, n.2, p.275-295, 1992.
- GOMES, F. G. A inserção da economia alagoana na recente dinâmica de crescimento regional. **Economia Política do Desenvolvimento**, v.4, p.151-186, 2011.
- HOFFMANN, R. **Distribuição de renda e medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Dois décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela PNAD/IBGE**. Brasília: IPEA, 2013. (Comunicados do IPEA n° 159).
- RAY, D. **Development Economics**. Princeton University Press, 1998.
- ROCHA, S. Pobreza no Brasil: a evolução de longo prazo (1970-2011). In: VELLOSO, J. P. dos R. (Org.). **Transformando crise em oportunidade**. Rio de Janeiro: INAE, 2013. p.391-432.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil: a evolução de longo prazo (1970-2011). In: FÓRUM NACIONAL, 25., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2013.

SOARES, S. et al. **Metodologias para estabelecer a linha de pobreza**: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais. IPEA, fev. 2009. (Texto para discussão n. 1381).

SOARES, S. et al. **Perfil da pobreza**: Norte e Nordeste rurais: policy research brief 50. [s.l.]: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2016.

SOUZA, P. H. G. F.; OSORIO, R. G. O perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Org.). **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013. p.139-156.

TEJADA, C. A. O. et al. A pobreza em Alagoas: uma análise da evolução e dos seus determinantes no período 1981-2005. **Revista da ABET**, v.6, p.26-50, 2006.